



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - NUPROC/DPF/PCA/SP

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

DA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL DE EXPULSÃO

O(A) Delegado(a) de Polícia Federal ALEXANDRE BONAFÉ MENDONÇA DE SOUZA, Classe Especial, Matrícula nº 14.550, lotado e em exercício na Delegacia de Polícia Federal em Piracicaba/SP (DPF/PCA/SP), no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a DEMETRIO BORDA SARAMANI, de nacionalidade boliviana, que foi instaurado Inquérito Policial de Expulsão (Processo nº 08505.001937/2025-90), em trâmite perante a Delegacia de Polícia Federal em Piracicaba/SP (DPF/PCA/SP), para efeito de sua expulsão do território nacional, nos termos do artigo 54, § 1º, inciso II da Lei nº 13.445/2017, e artigos 195, §4º, I, e 197, § único, bem como artigo 199, § único, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, em virtude da existência de sentença penal condenatória proferida pela Justiça Pública em seu desfavor, nos autos do processo criminal nº 5000107-61.2025.4.03.6143, da 1ª Vara Federal de Limeira/SP, ficando desde já NOTIFICADO(A) que será realizada, no dia 04/02/2026, às 11h00 horas, nas dependências desta Delegacia, situada na Rua Liberato de Macedo, nº 872, Bairro São Dimas, em Piracicaba/SP, telefone (19) 3301-5201, ou por videoconferência, via aplicativo Microsoft Teams, conforme link constante do QR Code abaixo, a formalização de sua Qualificação e Interrogatório e respectiva identificação fotográfica e datiloscópica, podendo em tal oportunidade indicar ou comparecer acompanhado de defensor, o qual será notificado a elaborar defesa técnica, por escrito, conforme lhe é facultado em lei, bem como, se houver necessidade, ser nomeado intérprete habilitado para a realização do referido interrogatório. Frustrado o seu comparecimento, fica o(a) expulsando(a) também cientificado(a) de que o processo continuará tramitando à revelia e que, na ausência de indicação de advogado privado de sua livre escolha, e apresentação da correspondente defesa técnica escrita no prazo legal de 10 (dez) dias, será o presente feito submetido à atuação da Defensoria Pública da União, para prestar-lhe assistência jurídica gratuita, a quem incumbirá a apresentação da defesa, servindo a presente notificação como válida para todos os atos do procedimento em curso. Lavrado aos 21 (vinte e um) dias de janeiro de 2026, vai devidamente assinado pela autoridade policial e por mim, Escrivã(o) de Polícia Federal abaixo identificado, que o lavrei.



(documento assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO JOSE RODRIGUES BONATO, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 21/01/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BONAFE MENDONCA DE SOUZA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 22/01/2026, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144353754&crc=A1DE13ED.

Código verificador: **144353754** e Código CRC: **A1DE13ED**.